

## Uso de IA no Judiciário cresceu 26% em relação a 2022, aponta pesquisa

Há crescente interesse dos tribunais brasileiros em soluções tecnológicas baseadas em inteligência artificial e diversidade na adoção dessa tecnologia, com a busca por eficiência, inovação e parcerias estratégicas para enfrentar os desafios judiciais, como a alta demanda de trabalho. É o que aponta o [relatório Pesquisa Uso de IA no Poder Judiciário 2023](#), que já está disponível para *download* na Biblioteca Digital do Conselho Nacional de Justiça.

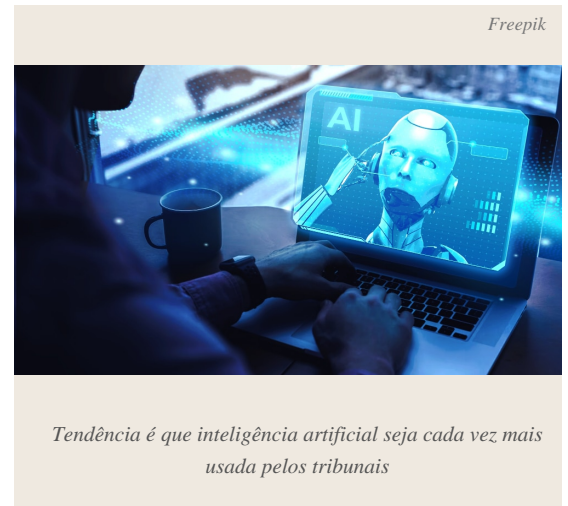
Os [primeiros resultados foram lançados](#) em 28 de maio pelo presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, em sessão extraordinária do CNJ. A pesquisa envolveu 94 órgãos da Justiça (91 tribunais e 3 conselhos) e identificou 140 projetos de IA desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais e conselhos: crescimento de 26% com relação a 2022. O aumento no número de tribunais com projetos de IA e na quantidade total de projetos indica uma tendência de adesão às inovações tecnológicas, visando aprimorar a eficiência e a execução das atividades judiciárias cotidianas.

A pesquisa foi feita no âmbito do Programa Justiça 4.0, iniciativa do Conselho e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que tem o objetivo de acelerar a transformação digital do Poder Judiciário. Outras ações do programa envolvem a criação de uma plataforma em nuvem que integra os sistemas judiciários para unificar a tramitação processual e compartilhar soluções tecnológicas entre tribunais brasileiros, incluindo modelos de inteligência artificial e um repositório unificado de dados dos processos em tramitação no país.

### Novo mapeamento

O mapeamento dos projetos de IA em desenvolvimento pelos tribunais é realizado desde 2020 pelo CNJ e busca acompanhar a evolução das soluções de IA no Judiciário brasileiro, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela [Resolução 332/2020](#) e pela [Portaria 271/2020](#), ambas do CNJ. O estudo permite entender a dinâmica de adoção e implementação de inteligência artificial nos tribunais, bem como identificar os obstáculos técnicos, operacionais ou éticos à implementação de tais soluções.

CNJ





Fonte: Pesquisa Uso de IA no Poder Judiciário 2023, CNO

Uma novidade da atual pesquisa foi agregar entrevistas com profissionais de

tribunais e conselhos de todos os ramos de Justiça e das cinco regiões geográficas para avaliar as percepções sobre a implementação e evolução da IA, proporcionando uma visão complementar à pesquisa quantitativa.

Nesta edição, também são explorados os benefícios e desafios da adoção da IA — com ênfase na aplicação de Modelos de Linguagem de Grande Escala, da sigla em inglês LLM (*large language models*) —, as parcerias estabelecidas para o desenvolvimento dos projetos e as ferramentas e técnicas de IA adotadas, incluindo os algoritmos de aprendizado de máquina (*machine learning*) e as tarefas realizadas por esses sistemas. A abordagem compreende como a IA está sendo utilizada para aprimorar a eficiência dos serviços judiciais e quais são os desafios operacionais e éticos enfrentados.

## Principais resultados

Os resultados estão disponíveis na íntegra no relatório e no [sumário executivo](#). Os dados também podem ser visualizados no [Painel de Projetos de IA no Poder Judiciário](#).

Conheça abaixo os principais achados:

- **Das 140 soluções tecnológicas mapeadas, 63 já estão em uso ou aptas a serem utilizadas.** Por sua vez, 46 estão em fase final de desenvolvimento, 17, em fase inicial e três ainda não foram iniciadas. Além disso, 11 projetos já foram finalizados, porém ainda não foram implementados.
- **Há maior concentração da adoção de inteligência artificial em certos ramos.** O Judiciário estadual concentra o maior número de projetos (68), seguido pelas justiças Eleitoral (23), do Trabalho (20), Federal (14) e Superior (13). Os conselhos de Justiça apresentam, ao todo, dois projetos.
- **O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul lidera em número de projetos:** são 12. Já o Tribunal de Justiça do Ceará tem sete, enquanto o de São Paulo possui seis projetos. Apesar de os tribunais estaduais terem o maior número absoluto de projetos, há uma média maior de projetos por tribunal nos órgãos judiciários superiores e federais.
- **Entre os principais motivadores** para criar um projeto de inteligência artificial estão a busca por eficiência e agilidade, o aumento da precisão e consistência de tarefas repetitivas, e o empenho por inovação nos processos internos, melhoria na tomada de decisões e redução de erros.
- **Implementação rápida e inovação:** muitos tribunais adotam uma estratégia de desenvolvimento rápido e inovação em projetos de inteligência artificial. Os projetos — como Hórus, Amon, Saré Fi, Toti, Ártemis e Mate — são diversificados, integrados e focados em otimizar processos judiciais e melhorar a eficiência. Há, ainda, ampla aplicabilidade e expansão: os projetos são estendidos a outros tribunais, indicando eficácia, aceitação ampla e cooperação.
- Com o surgimento de tecnologias como o ChatGPT e o Gemini, muitos tribunais planejam **o uso de modelos LLMs**, especialmente nas atividades administrativas.
- **As parcerias estabelecidas, em especial com entidades jurídicas e acadêmicas, são destacadas como cruciais** para superar desafios técnicos e de infraestrutura e promover o desenvolvimento e a difusão de conhecimento técnico em inteligência artificial dentro dos tribunais. A colaboração entre setores e entre tribunais indica um

ecossistema diversificado e dinâmico comprometido com a inovação no Judiciário brasileiro.

- **Entre os principais benefícios** constatados estão a otimização de recursos, a redução de custos e o aumento da eficiência dos serviços. Destaca-se a importância da plataforma Sinapses como um catalisador da inovação, havendo oportunidade para melhorias na integração e capacitação dos usuários. Já os desafios encontrados incluem, por exemplo, a integração com sistemas existentes e a resistência interna. O maior empecilho relatado para a implementação da inteligência artificial é a falta de equipes qualificadas para trabalhar com essa tecnologia.
- **A formação de equipes dedicadas nos tribunais e o controle sobre a propriedade dos códigos** gerados sugerem um amadurecimento na gestão de projetos de inteligência artificial. No entanto, a diversidade de ferramentas utilizadas e a falta de uniformidade nas soluções adotadas representam desafios para a consistência e a comparabilidade dos resultados.
- **Regulação e conformidade:** há preocupação com a regulamentação da inteligência artificial, incluindo aspectos de privacidade e segurança de dados (conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

## Programa Justiça 4.0

Iniciado em 2020, o Programa Justiça 4.0 é fruto de um acordo de cooperação firmado entre o CNJ e o Pnud, com apoio do Conselho da Justiça Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior Eleitoral.

Seu objetivo é desenvolver e aprimorar soluções tecnológicas para tornar os serviços oferecidos pela Justiça brasileira mais eficientes, eficazes e acessíveis à população, além de otimizar a gestão processual para magistrados, servidores, advogados e outros atores do sistema de Justiça. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jun-22/uso-de-ia-no-judiciario-cresceu-26-em-relacao-a-2022-aponta-pesquisa/>